6427/01

Interessado: Jocenaide Franco Rocha - CPF: 155.003.572-04
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/NOVO FOX ROCK RIO MB/Pas/
 Automovel/9BWAB45Z4G4003425

**PORTARIA N.º 201504005208, DE 07/08/2015 - PROC
 N.º 2015730017651/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2015

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Alex Roldão Ferreira - CPF: 703.115.012-49

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/DOBLO ATTRACTIV 1.4/Pas/
 Automovel/9BD119707D1096000

Protocolo 861269

IMPUGNAÇÕES COTA PARTE

PROCESSO Nº: 002015730017528-0

IMPUGNANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DOS ÍNDICES PROVISÓRIOS
 PUBLICADOS NO DECRETO Nº 1326/2015.

RELATÓRIO DA IMPUGNAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Belém, através de seu representante legal, o prefeito ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR, impugna os índices provisórios publicados para vigência no ano 2016, nos seguintes termos e itens:

1 - Enfatiza que não foram consideradas informações referentes aos contribuintes sujeitos ao regime tributário do Simples Nacional prestadas pela Receita Federal, por ausência de tempo hábil para computação dos mesmos, fator que certamente diminui a importância do índice correto em desfavor da Capital, devendo ser corrigida por ser medida de equidade e respeito à aos preceitos da LC 63/1990 (art. 3º, §1º, II) e também previsto do Decreto 4.478/2001;

2 - Alega que não foram computadas informações sobre o valor adicionado referente ao segmento econômico de transporte aéreo, considerando que não consta da relação de contribuintes ativos encaminhada pela SEFA qualquer vestígio de apuração da movimentação econômica dessas empresas; e

3 - Por fim, considerando a suspeita de inconsistências e/ou incompletude nas informações prestadas, no Anexo I da DIEF, por empresas concessionárias de serviço público, geradoras e distribuidoras de energia elétrica, prestadoras de serviços de comunicação, prestadoras de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, dentre outras, em que devem especificar suas movimentações econômicas de entradas e saídas por município, requer que a Secretaria de Fazenda do Estado do Pará preste informações detalhadas de tais contribuintes, de modo a se fiscalizar a composição do valor adicionado em tais hipóteses, ante a participação dos interessados.

DECISÃO:

Quanto ao item 1, esclarecemos que todas as declarações existentes na base de dados da Receita Federal foram recepcionadas, processadas e incorporadas no cálculo do VA e dos índices provisórios, e que, caso se verifique a existência de novas declarações na base de dados da Receita Federal, após a publicação do índice provisório, estas serão baixadas, incorporadas no banco de dados da SEFA, processadas e computadas no cálculo do VA e, conseqüentemente, no índice definitivo; e

Quanto aos itens 2 e 3, informamos que todas as declarações existentes na base de dados da SEFA foram processadas e incorporadas no computo do VA, conforme determina a legislação vigente e, as empresas que, porventura, deixaram

de apresentar as declarações ou que preencheram o anexo com inconsistências, tiveram suas declarações estimadas, conforme metodologia aprovada pelo Grupo Cota Parte, e encaminhadas para a Fiscalização análise e providências. Existindo novas declarações incorporadas no banco de dados da SEFA, estas serão processadas e computadas no cálculo do VA.

O Grupo de Trabalho Cota-Parte vem desenvolvendo as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal.

Isto posto, julgamos os itens 01, 02 e 03, parcialmente procedente, nos termos acima.

Publique-se.

Belém, 07 de agosto de 2015.

Edna de Nazaré Cardoso Farage

Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias

Presidente do Grupo de Trabalho Cota-Parte

PROCESSO Nº: 002015730017511-5

IMPUGNANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DOS ÍNDICES PROVISÓRIOS
 PUBLICADOS NO DECRETO Nº 1326/2015.

RELATÓRIO DA IMPUGNAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Benevides, através de seu procurador legal, o Sr. PAULO CEZAR BRANCHES BRITO, apresentou recurso em decorrência de decréscimo dos índices provisórios publicados para vigência no ano 2016 e pede que sejam revistos os números apurados, com consequente majoração dos índices de valor adicionado e índices percentuais de distribuição do ICMS, nos seguintes termos e itens:

1 - Que, V. Exa. conheça do presente RECURSO DE IMPUGNAÇÃO;
 2 - Que se efetue a revisão dos números apurados e o computo dos valores que perfazem a somatória do Valor Adicionado 2014 do município de Benevides (PA), até a data limite fornecido pela SEFA/PA para recepcionar e computar todas as declarações enviadas e retificadas pelos contribuintes;

3 - Que se confirme a recepção e inclusão das DIEF retificadoras das empresas constante dos autos, que foram vistoriadas pela Prefeitura e foram detectados campos preenchidos incorretamente e falta de entrega de anexos, devidamente preenchidos, que certamente influenciaram na aferição provisória do índice do VA;
 4 - Que sejam notificadas as empresas listadas nos autos por apresentarem informações incorretas em suas declarações para que seja computada e produza efeitos relativamente aos índices a serem aplicados para entrega das parcelas aos municípios, a partir de janeiro de 2016;

5 - Que seja revisto a memória de cálculo do ICMS VERDE e procedida à correção dos seus valores.

DECISÃO:

Quanto ao item 1, temos a informar que o presente expediente foi recepcionado como impugnação tempestiva ao índice cota parte referente ao município de Benevides;

No que se refere aos itens 2, 3 e 4, que solicita a revisão dos números apurados em procedimentos de auditoria e computo dos valores que perfazem a somatória do Valor Adicionado 2014, por apresentarem divergências ou omissões na apresentação de suas declarações, bem como a notificação das empresas listadas nos autos, temos a informar que, apesar de não terem sido fornecidos dados que comprovem tais afirmações, todas as declarações existentes na base, após a publicação dos índices provisórios, serão recepcionadas, incorporadas, processadas,

computadas e atualizadas, de acordo com a metodologia definida pela legislação e aprovada pelo Grupo de Trabalho Cota Parte do ICMS, até o processamento final dos índices definitivos;

Quanto ao item 5, por se tratar de questão referente ao ICMS VERDE, no qual solicita a revisão do seu cálculo, temos a informar que os autos foram remetidos à SEMAS para manifestação, através do ofício nº 416/2015-GS/SEFA, de 05 de Agosto de 2015, no qual foi respondido através do ofício nº 34999/2015 - DIORED/SAGRA, de 06 de agosto de 2015, nos seguintes termos:

“Com relação ao item “g” do pedido de impugnação do Município de Benevides, temos a informar que o Grupo de Trabalho Permanente do ICMS VERDE (PORTARIA SEMAS Nº 317, 24 de Março de 2015) em atendimento a demanda, ainda que não tenha especificado algum item nos critérios ecológicos do ICMS VERDE, revisou todos os indicadores de acordo com o DECRETO Nº 775, DE 26 DE JUNHO DE 2013, e não atestou nenhuma imprecisão no cálculo e, portanto ratificando os índices do Município (conforme Portaria SEMAS Nº 826 publicada no DOE cm 29/06/2015) de Benevides nos critérios (Áreas Protegidas, Desmatamento e Cadastro Ambiental Rural - CAR).

O Grupo de Trabalho Permanente do ICMS VERDE após avaliação do pedido de impugnação apresentado pelo requerente acima citado, julga improcedente, de acordo com os termos expostos.”

O Grupo de Trabalho Cota-Parte vem desenvolvendo as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal.

Isto posto, julgamos procedente o item 1, parcialmente procedente os itens 2, 3 e 4, e improcedente o item 5, nos termos acima.

Publique-se.

Belém, 07 de agosto de 2015.

Edna de Nazaré Cardoso Farage

Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias

Presidente do Grupo de Trabalho Cota-Parte

PROCESSO Nº:002015730017491-7

IMPUGNANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DOS ÍNDICES PROVISÓRIOS
 PUBLICADOS NO DECRETO Nº 1326/2015.

RELATÓRIO DA IMPUGNAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte, através de seu procurador, SILVIO MARCOS HUIDA, OAB/GO Nº 28.765, impugna os índices provisórios publicados para vigência no ano 2016, nos seguintes termos e itens:

1 - Que seja recebido a presente, porque cabível à espécie, por estar em consonância com a legislação que rege a matéria;

2 - Que seja atualizado o valor adicionado e respectivo percentual no índice provisório para o exercício de 2016;

3 - Que seja computado para o índice de participação no ICMS de Ourilândia do norte para o exercício de 2016, as DIEF retificadas ou enviadas fora do prazo;

4- Seja cancelado o valor das entradas na DIEF das empresas citadas nos autos, correspondentes as entradas de bens ou mercadorias destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento e as entradas de bens ou mercadorias